



## **A construção da identidade e o lugar do negro, segundo a visão europeia de mundo**

*Edimilson Antônio Mota<sup>1</sup>,*

*Ives da Silva Duque Pereira<sup>2</sup>,*

*Laís Alves de Souza<sup>3</sup>,*

*Ludimila Batista Alcantara<sup>4</sup>,*

*Sandra Márcia da Cruz Gomes Nogueira<sup>5</sup>*

### **Resumo:**

O conceito de identidade é indissociável da diferença. Neste sentido, a perspectiva de mundo europeu forjou o estereótipo do negro, caracterizando-o como marginalizado e periférico. No Brasil, ainda é possível evidenciar os reflexos desta concepção. O presente trabalho tem por objetivo, estudar o conceito de raça e cultura e estabelecer relações com as realidades das instituições de ensino brasileiro. A lei 10.639/03 tornou obrigatório no Brasil, o ensino, a valorização e o reconhecimento da cultura afro descendente. O cerne desta pesquisa visa romper com as narrativas europeias, e neste sentido desempenhar atividades que buscam valorizar as narrativas do “outro.” Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, cuja seu referencial teórico, são as obras Silva (2005) e Schwarcz (1995), onde ambas dialogam com as teorias raciais. É importante destacar que o presente trabalho se encontra em processo de produção, portanto, espera-se com os resultados a valorização das diferenças no âmbito escolar e, sobretudo combate ao racismo.

**Palavras chaves:** Identidade; Cultura; Lei 10.639/03.

---

<sup>1</sup>Doutor em Educação (UFRJ), professor Coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

<sup>2</sup> Professor supervisor do programa Institucional de Bolsa de iniciação à docência (PIBID).

<sup>3</sup> Graduando de Licenciatura em Geografia na UFF-Capos.

<sup>4</sup> Graduando de Licenciatura em Geografia na UFF- Campos. “Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

<sup>5</sup> Professor supervisor do programa Institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID)

## IDENTIDADE E DIFERENÇA

O conceito de identidade possui centralidade nesta narrativa, visto que, é um parâmetro utilizado para definir, delimitar e excluir o outro.

Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquia; elas são disputadas. A afirmação da identidade e da enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. (SILVA, 2009, p.81)

Identidade é um conceito que carrega vários significados. Segundo esta perspectiva, o discurso identitário, é territorializador, o que delimita os espaços e suas respectivas ocupações. O dominador, em sua eficiência, institui quem é inferior, e nesse sentido condicionado a categoria de dominado.

Segundo o senso comum, identidade é tudo aquilo que somos. A partir do pensamento de alguns autores como Silva (2000), a identidade pode ser a concepção do “eu”, moldada pelas crenças e valores, e assim, é definida pela diferença: “*Sou negro, o que significa que não sou branco*”.

É possível evidenciar, um discurso auto afirmativo, cunhado para legitimar status e privilégios do “homem branco”. As narrativas embebidas nas ideologias de mundo europeu, forjou o estereótipo do “Outro”, formando uma espécie de hierarquização social. O homem negro, neste nivelamento social, é classificado, e, fadado a inferioridade.

As padronizações e as normatizações impostas pelos discursos eurocentricos, atingiram as diversas esferas da sociedade sejam elas, a família, as instituições religiosas e de ensino. Os processos de fragmentação e exclusão social, podem ser discutidos partir da identidade e da diferença. Esta afirmativa, pode ser evidenciada através de uma trama e um enredo, construído socialmente.

O esforço para entender os embates e conflitos, que envolvem a figura do negro, consiste em se pensar o “Lugar” de onde fala o “Outro”. Por muito tempo, os feitos “heróicos” do colonizador, foram narrados segundo seus interesses. Eis aí o regime de visibilidade, proposto por Gomes (2013), o poder de definir o que é evidenciado ou posto no regime invisibilidade. Neste processo, altamente excludente, famílias foram extintas e separadas, em nome do desejo do opressor.

O negro teve a sua cultura, e a sua gente, desvalorizada ao longo da história. Seus costumes e seus crenças foram demonizados e deturpadas por um sistema

opressor. É preciso apontar a eficiência de tal sistema, que foi capaz de oprimir, acorrentar e dilacerar os homens negros.

O conceito de lugar, está para além do espaço físico. Este alcança o espaço simbólico, intimamente relacionado com pertencimento do indivíduo. A abordagem do discurso sobre identidade, transita, e neste sentido abarca, os conceitos de Lugar e Território.

Segundo Haesbaert (2004), não é possível pensar a desterritorialização, sem a reterritorialização. Pensamos assim, a identidade. Todo indivíduo é dotado do seu “Eu”, ainda que tenha se destituído a fórceps, do seu território, como é o caso da diáspora africana. Apesar, do distanciamento do seu território físico, ou material, estes reproduziram seus costumes no Brasil, é possível perceber uma reterritorialização no campo simbólico, mantendo assim as memórias costumes de sua gente.

Nos períodos coloniais, o negro, que era visto como um objeto e um “sem alma” e não como um ser humano, era escravizado por causa dos seus indicadores fenóticos, como a cor da pele, os lábios e o cabelo. Baseadas em ideologias que para os europeus eram suficientemente justificáveis para vê-los como desumanos, serem desprezados e oprimidos, assim, a identidade do negro foi construída de forma negativa.

As histórias sobre o negro que são narradas pelo “homem branco” e não pelo próprio negro; e é esse conto que constrói uma imagem desprestigiada do afrodescendente e limita o olhar sobre a história e a cultura afro na sociedade.

Segundo Taylor (1993), a sociedade branca projetou durante muitos anos uma imagem de inferioridade da raça negra, e assim, até nos dias atuais, essa imagem ainda é adotada por muitos, o que traz como consequências a autodepreciação do negro, perda do seu reconhecimento e sentimento de vergonha perante a sua origem. Por isso, é comum ver grupos que se sentem superiores por serem brancos e com isso segregam e discriminam o negro.

Vale ressaltar que essas narrativas discursadas pelo “outro” e não pelo de “dentro” leva-nos a vários questionamentos, como a quem interessa contar? o que é nos contado? o que é nos escondido ou maquiado? Esses são alguns pontos que influenciam um pensamento crítico diante do que lemos e ouvimos sobre a África. Mas, para pensar diferente, é necessário desconstruir o que já está posto e descentralizar tais narrativas europeias.

A partir de um novo pensar, a autora Dorren Massey (2008) propõe a desconstrução da lógica espacial de dentro para fora, e assim considera as diversas trajetória existentes. Segundo Messey (2008), as narrativas deveriam ser transferidas para as periferias globais, portanto, a estória da Europa deveria ser considerada apenas como mais uma, e não como a hegemônica. Assim, a proposta é pensar o espaço da seguinte forma: O espaço é o produto das inter-relações, portanto é no espaço que surgem as identidades e diferenças. O espaço é dinâmico e por esse motivo não pode ser considerado como reacionário.

Vejamos o que diz Doreen Massey (2008):

As implicações da espacialização/globalização da estória da modernidade são profundas. O efeito mais óbvio, que tem sido, sem dúvida, a principal intenção, é reelaborada a modernidade evitando que seja o desdobramento, a estória interna da Europa. O objetivo tem sido, precisamente, descentrar a Europa. (MASSEY, 2008, p.101)

A espacialização da modernidade é enunciativa, pois traz consigo o surgimento de novas vozes que buscam reconhecimento e, desta forma, resistem às violências impostas. O esforço dos menos favorecidos busca romper os espaços delimitados pelos europeus que, conseqüentemente, os colocam como indivíduos socialmente e economicamente inferior. Os decaídos, excluídos pela sua etnia, pela cor de sua pele serão condicionados ao sofrimento e ao trabalho forçado. No Brasil, essa raça rechaçada foi marcada pelos índios no primeiro momento, e depois pelos negros e seus descendentes.

### **RAÇA ANTROPOLÓGICA: O CALDEAMENTO NO PERÍODO COLONIAL, AS ATIVIDADES E A DISTRIBUIÇÃO DESSAS SOCIEDADES.**

A análise acima descrita é vinculada a descrição apresentado por Viana (1923), em sua obra, Populações meridionais do Brasil. No período colonial, houve uma fusão de raças, esse caldeamento resultou na miscigenação e na formulação de uma identidade inferior. O branco era considerado como raça hegemônica e conquistadora, enquanto o índio e o negro como exótico. Estes cruzamentos geram indivíduos com características genéticas e psicológicos distintos.

Os elementos dolicóides e louros devem preponderar na classe da aristocracia: na nobreza militar e feudal da Península. Os elementos

brunos, dolicoídes ou branquióides, formam a base das classes médias e populares. Nos primeiros tempos da colonização das novas descobertas, são esses mesmos dolicoídes os que naturalmente devem constituir os elementos mais numerosos ou mais dominantes nas correntes emigratórias. (VIANA, 1923, p.126)

É inegável afirmação de que o Brasil foi colonizado pelos europeus. Sobretudo, é evidente os diversos caracteres antropológicos, encontrado na raça branca. Sua formação é complexa possui diversas influências. A eugenia pode ser citada como tal, objetivando manter a pureza das raças, linhagem pura que o tornaria como superior. Quando os homens “puros” aqui chegaram, seu objetivo era desbravar a terras, dos chamados por eles “selvagens”. Os índios, tribos nativas exerciam suas atividades como nômade, suas atribuições estavam vinculadas a subsistência. Esses, em um primeiro momento, foram escravizados e dominados pelo colonizador.

No ponto de vista dos caracteres propriamente antropológicos, não é menor a diversidade. Não obstante os seus caracteres comuns, que os distinguem das outras raças, a branca, a preta e a amarela, essas tribos americanas, vistas em mais detalhes, mostram diversidades consideráveis em tipos físicos: diversidade de estatura, diversidade de cor, diversidade craniométrica. (VIANA, 1923, p. 136)

De forma simplista podemos afirmar que o processo de colonização no Brasil destruiu culturas, costumes, famílias e dizimou histórias. Essa associação, pode ser feita aos índios que possuíam seus costumes, suas crenças, suas línguas que foram deixados à margem pelo conquistador, incorporando-os simplesmente como objeto sexual e de trabalho. A população de brancos, neste contexto, era muito pequena, e a relação os indígenas gerou os mestiços.

Os negros trazidos da África, assim como as demais raças, se diferenciavam conforme suas origens. A diáspora africana representa uma história de luta e resistência que formularam as bases econômicas e sociais do Brasil. A colonização é marcada por relações de poder, que é capaz de definir religiões, línguas, costumes, e acima de tudo construir uma narrativa, que justifique tamanhas atrocidades cometidas em solo brasileiro.

Segundo Viana (1923), os negros se diferem pelo temperamento, pela moralidade e pela inteligência pela atividade. O negro destaca-se pela sua operosidade, e desse modo, sua localização vincula-se as áreas agrícolas, de mineração e posteriormente nas áreas cafeeira. A diferenciação se dava pela característica física do indivíduo. A cor de sua pele, a altura e principalmente a

origem nacional, seriam elementos fundamentais para fundamentar a hierarquização social da época. Os cargos públicos eram destinados à aristocracia, pois deste modo, o processo ascensão social desconsideravam a classe de subalternos.

Ainda que de forma simplista, cabe comentar o conceito cunhado por Gomes (2003): Regime de Visibilidade. Por definição, a visibilidade é o ato de ver e conscientemente conferir valor ao que é visto. A partir de um ponto de vista ou posicionamento, há uma decisão do que será exposto e o que será posto na invisibilidade. Apesar do autor não está ligado diretamente a temática, esta é uma das leituras possíveis, a leitura de mundo e narrativas descritas do ponto de vista europeu.

Sem deixarem de ser relações -as dos brancos com as mulheres de cor- de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram -se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem muitas famílias dentro de circunstâncias e sobre essas bases. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREIRE, 1933, p. pref. Á 1)

A organização econômica e social do Brasil estava vinculada ao regime patriarcal e em uma sociedade agrária. O controle se concentrava nas mãos dos senhores de engenho, que exerciam seu domínio sobre as terras, homens e mulheres. A manutenção deste modo de produção, estava intimamente ligado ao trabalho do escravo, nos quais eram considerados superiores aos índios, pois exerciam manejo na agricultura e sua resistência era maior. A incapacidade técnica, psíquica e biológica, caracterizavam o índio como introvertido e os negros como extrovertidos.

Há informações de que o número de mulheres brancas na colônia era muito pequeno, e o colonizador precisava aumentar a população e a mão de obra. Os portugueses utilizaram duas ferramentas: a miscibilidade e a mobilidade. Ambas acarretaram um grande problema, que é miscigenação do Brasil, que segundo Freyre (1933;19), “*A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas.*”. Os casos de senhores que se relacionaram com escravas foram inúmeros, a vista disso, pode-se destacar a preferência sexual dos senhores pelas mulheres de cor (mulata, negra, cabocla). Os relatos sobre essa perversão amorosa, identifica o processo de sifilização do Brasil.

O encontro dessas raças não alterou somente a vida sexual, mas também sua alimentação e seus costumes. O cristianismo e a monogamia, por sua vez, foram postos às margens em nome de uma satisfação sexual.

O século XIX, foi marcado por teorias embebidas no contexto de diferenciação de raças. Havia neste sentido, grandes embates entre os cientistas da época. As diversas interpretações, divergiam tanto na concepção da origem humana, quanto na capacidade intelectual e social dos ditos “inferiores.

A partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamentos até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo... Dessa forma, se a noção de evolução social funcionava como um paradigma de época, acima das especialidades das diferentes escolas, não implicou uma única visão de época, ou uma só interpretação. (SCHWARCZ, 1993, p.43)

A classificação biológica descrita acima constituía uma visão europeia, onde esta marca os lugares sociais: O sangue “puro”, os bens nascidos obtinham privilégios.

## **RAÇA E A PERSPECTIVA BIOLÓGICA**

Segundo Schwarcz (1993), por volta de 1800, a Europa é fortemente influenciada pelas ciências. A intelectualidade surge no Brasil com a vinda da coroa portuguesa, onde foram fundadas instituições intelectuais. Em primeira instância, este ambiente intelectual emerge no Brasil não com o rigor científico, mas como moda. Desse modo, sem se preocupar com a produção de conhecimento, a preocupação vincula-se a construção da identidade nacional, que rompe com as perspectivas de Portugal.

O Instituto Histórico e Geográfico, junto com outras instituições concebem o mito fundacional. Este projetara uma nova imagem do Brasil, distanciando da imagem estereotipada de selvagem e primitivo. A Europa, fortemente influenciada pelo Iluminismo e as Ciências Naturais, inclui explicações de cunho biológico para tratar a questão das raças. Assim, temáticas que incluem caracteres adquiridos, aclimatabilidade, hereditariedade, pigmentação da pele, tornam-se temas centrais no discurso da época. Todas essas narrativas, construídas de um ponto de vista europeu, permitem a exaltação de uma determinada raça em detrimento de outra. Essa seria uma ciência a serviço dos Estados Maiores, ou seja, uma configuração de legitimidade das ações, atrocidades cometidas no Brasil. Rousseau, filósofo humanista contrapunha-se ao modelo ocidental, que caracterizava o americano como, inferior, degenerado, debilitado e outras qualidades de cunho depreciativo.

Vejamos o seu pensamento, segundo Schwarcz (1993):

Conceito- chave na teoria humanista de Rousseau, a “perfectibilidade” resumia- conjuntamente com a “liberdade” de resistir aos ditames da natureza ou acordes neles – uma especificidade propriamente humana. Longe da concepção que será utilizada pelos evolucionistas no decorrer do século XIX, a visão humanista discorria, a partir dessa noção, sobre a capacidade singular e inerente a todos os homens de sempre se superarem. (SCHWARCZ, 1995, p.44)

O indivíduo possui a capacidade de se aperfeiçoar. Segundo essa perspectiva, todos os homens nascem de uma mesma origem, porém com estados de civilizações diferentes. Tendo o mesmo o estado de consciência para realizar escolhas e definir o certo e o errado. Assim são as habilidades adquiridas a partir da vivência, que distribuíram funcionalidades. Neste momento de grandes contestações e conflitos, surge a necessidade de pensar a origem do homem através de duas vertentes: monogenia e poligenia. Os pensadores monogenistas acreditavam segundo os fundamentos bíblicos, que a humanidade era uma. O homem adquiriu sua originalidade de uma única fonte, e que suas variações deslocam-se da perfeição para imperfeição. Uma concepção poligenista se opõe aos pensamentos anteriores, sua interpretação é de cunho biológico, onde a frenologia e a antropometria foram utilizadas como ferramentas para analisar a capacidade humana.

O poligenismo insistia na ideia de que as diferentes raças humanas constituíram “espécies diversas”, “tipos” específicos, não redutíveis, seja pela aclimação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade. Nas palavras de Hannah Arendt, com o poligenismo punha-se fim não só “as leis naturais que previam um elo entre os homens de todos os povos, como a igualdade, a comunicação e a troca”. A perfectibilidade anteriormente encontrada no “bom selvagem” agora lhe era recusada, assim como era o questionado o voluntarismo, próprio do século das luzes (SCHWARCZ, 1995, p.49)

## **RAÇA COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL: MEDIDAS DE COMBATE AO RACISMO E AS DESIGUALDADES**

As diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, são ferramentas utilizadas pelo Estado, com objetivo de promover o fim da discriminação, injustiça e assim promover a inclusão social. É notório que a história do negro é marcada de forma significativa, onde seu acesso a instituição de ensino



foi restrito ou regulamentado conforme os interesses dos “superiores”. Um bom exemplo, seria os decretos altamente excludentes da época:

O decreto n- 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para os adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O decreto n- 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período da noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (Brasil, Parecer 3/2004)

Nesse sentido, é possível afirmar que, mesmo no período pós-escravocratas, a luta dos menos favorecidos tem continuidade. Esse esforço consiste em romper com posturas subjetivas, preconceitos internalizados no indivíduo. Nessa perspectiva, Quijano (2005) afirma que, passamos do período colonial, mas não rompemos com a colonialidade do poder.

No Brasil, com a Constituição de 1988, foi garantido os direitos iguais a todos os cidadãos e este é assunto bastante controverso. Há uma necessidade de entender as diversas trajetórias através do contexto histórico. A implementação a lei 10.639/03, é uma conquista de lutas travadas pelos movimentos sociais no início do século XX.

Conclui-se que é o resultado das grandes peregrinações em busca do reconhecimento. Baseado no princípio da equidade e promover a igualdade entre os desiguais, o Brasil assume sua figura de um país racista que, através da educação, visa reparar e reconhecer danos provocados no passado e desta forma as políticas de ações afirmativas visam valorizar as identidades até então desvalorizadas. É necessário enfatizar que os danos aqui relatados não se restringem a parte física do indivíduo, mas aos prejuízos que afetaram psicologicamente, socialmente, economicamente, ou seja em todas as instâncias da vida da população classificada como inferior.

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo de raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior das sociedades brasileiras. (Brasil, Parecer 3/2004)

No Brasil, ao longo de sua história, as instituições sociais de ensino eram elitistas e excludentes. Neste sentido atendiam as classes com significativo poder econômico. Assim, os menos abastados se tornaram periféricos, não somente no sentido geográfico ou de localização, mas no sentido de subalternos intelectualmente. Esta afirmação pode ser evidenciada à medida que observamos as ocupações sociais do território brasileiro. Os cargos públicos e as atividades mais elitizadas, em determinado período da história brasileira, eram destinados a aristocracia. Conseqüentemente, os trabalhos braçais, com “menos valor” social eram destinados aos negros.

A história do Brasil é marcada por injustiças, discriminação e a desvalorização da identidade do negro, o que marca a criação da imagem estereotipada do negro que serviu como base para promover a exclusão e o racismo.

A lei 10.639/03, pode ser considerada como fruto dos movimentos sociais que emergiram no Brasil durante o século passado. Estes “grupos” insatisfeitos com o ordenamento político e social questionaram as bases e colocaram em xeque as imposições verticalizadas.

As políticas de ações afirmativas são de suma importância para o estudante afrodescendente no Brasil. Esta medida permite ao aluno com oportunidades desiguais, o acesso aos caminhos que até então eram trilhados pela minoria. Nos discursos atuais há inúmeros posicionamentos contra as “cotas”. É notório que ainda não rompemos com o paradigma estabelecido pelo europeu. A branquitude é associada as melhores ocupações sociais e econômica. Portanto é imprescindível desconstruir a figura estereotipada do negro, onde o mesmo é categoricamente associado à violência, à pobreza e à desqualificação. Para rompermos com essas perspectivas é necessário rever as bases educacionais. Assim, o profissional de ensino deve ser capacitado, para trabalhar tal temática, com transversalidade para as questões raciais e suas implicações.

Mais do que instituir “obrigações” para o docente, o Estado deve promover estudos para implementar uma didática que seja eficaz e que aborde o conceito de raça. O objetivo não é simplesmente celebrar as diferenças, mas sobretudo promover a igualdades entre as raças.

No que diz respeito à construção social e à quebra de estereótipo, à educação continuada, sem dúvida é uma ferramenta que a médio e a longo prazo pode melhorar a estrutura social do Brasil. Ser negro no Brasil é um posicionamento político. Segundo o IBGE, a questão da raça é alto declarada, deste modo: o indivíduo deve se reconhecer como tal. O resgate da identidade e a valorização da

história do “outro” é necessário. Pois desconsiderar, ou até mesmo rejeitar a trajetória do negro é negar as próprias raízes brasileira.

É um jogo de construção e tensão da identidade e do reconhecimento, pois:

Reconhecer implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como a valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudanças nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. (Brasil, Parecer 3/2004)

## **RACISMO E SUAS IDEOLOGIAS**

Embora o racismo não tenha sido criado pelos alemães, esta foi uma grande ferramenta ideológica política utilizada pelos mesmos para justificar práticas imperialistas. Tais ideologias conquistaram a massa, e deste modo, criaram duas vertentes para se pensar as relações sociais. A primeira delas é a ideologia racial, que interpreta a história como uma luta natural entre as raças. A segunda trata-se da ideologia de classes, onde o “homem moderno” interpreta as trajetórias ao considerar a luta de classes.

O racismo é fundamentado nas teorias raciais, que visam organizar ou hierarquizar determinados grupos étnicos, conforme o interesse da classe branca. É necessário destacar a eficácia das narrativas europeias, pois estas foram capazes de forjar comportamentos sociais que são evidentes ainda hoje. Segundo Taylor (1994), essas construções implicam no reconhecimento do indivíduo. Neste sentido, a autodepreciação é uma ferramenta de opressão internalizada no negro.

*“Toda ideologia que se preza é criada, mantido e aperfeiçoado como arma política e não como doutrina ideológica” (ARENDETT, 2012, p. 188)*

*“A ideologia racial, e não a de classe acompanhou o desenvolvimento das nações europeias, até se transformar em armas que destruiria essas nações.” (idem, 2012, p.190)*

Essas doutrinas, ainda que implementadas de forma sucinta e de aparente neutralidade estavam fortemente submergidas em fatores políticos, que por sua vez estavam associadas aos processos de dominação e apropriação. A luta por interesses individuais, fomenta a busca por medidas, que serão utilizadas como apoio as diversas atrocidades cometidas. Deste modo, é possível afirmar que, tanto a luta de classes quanto a luta racial, sabiamente implementada pelo Estado Alemão, são como uma “espécie” de pólvora que anos mais tarde deflagrou conflitos mundiais. Os conflitos das raças podem ser considerados como o ensaio para uma Guerra Civil, onde os racistas negaram a igualdade e a solidariedade as classes

menos favorecidas. Em um contexto francês, Boulainvilliers defendia os interesses da aristocracia e, deste modo, foi fortemente influenciado pelo Direito à Força: a lei da sobrevivência dos mais aptos. *“Em contraste com o tipo francês de ideologia racista forjada como arma para a guerra civil e para a divisão do país, o pensamento racial dos alemães resultou do esforço de unir o povo contra o domínio estrangeiro.”* (ARENDR, 2012, p. 179)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilita uma reflexão que desconstrói todos os paradigmas europeus que desvalorizam e excluem o negro. Em um país com tanta pluralidade identitária, como o Brasil, essa reflexão permite a formação de uma identidade positiva do negro e coloca a cultura afro como um dos motivos que impulsionaram a riqueza cultural que o Brasil de hoje possui.

Há anos que a identidade racial se relaciona com o poder, onde o processo de hierarquização torna invisível o indivíduo, que por sua cor de pele, lábios grossos e cabelo crespo é excluído da sociedade. Aqueles que tinham a cor da pele escura, eram vistos como criaturas de outras espécies e os que não tinham alma. Nos dias atuais, a sociedade que se diz branca ainda projeta uma imagem de inferioridade da raça negra e muitos ainda tomam para si esta concepção.

Infelizmente, esta hierarquização racial também é vivenciada nos palcos escolares, já que os alunos reproduzem aquilo que aprendem ao seu redor, a partir da relação social. Desse modo, nada melhor do que tornar horizontal estas reflexões, que aqui forma discutidas, e fazer com que elas cheguem aos espaços escolares. Como avanço, o movimento negro conseguiu a Lei 10.639/03, que proporciona o reconhecimento positivo do negro e, através do saber que lida com tolerância os conceitos identidade e a diferenças, possibilita a aceitação do outro sem se ver superior.

A Lei põe uma nova “estampa” na educação brasileira, ao tornar a escola em um lugar de visibilidade para os negros. Portanto, a construção positiva do negro, o pensar que não limita a sua imagem e a descolonização das narrativas europeias são avanços da luta do Movimento Negro.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARENDR, H. **Origem ao totalitarismo: o pensamento racial antes do racismo.** São Paulo: companhia das letras, 2012.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HASBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB-Porto Alegre, em 23 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/213/205>.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Presidência da República, Casa Civil. Brasília Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm).

MASSEY, D. **Pelo Espaço: Uma nova Política da Espacialidade**/Doreen Massey; tradução Hilda Pareto Maciel, Rogerio Haesbaert- São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Parecer 3/2004 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasil, junho de 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Argentina: CLACSO, 2005.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia da letra, 1993.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: José Olympio Editora, 1923.